
NOTA PÚBLICA DE APOIO E SOLIDARIEDADE - DE NÚCLEOS, GRUPOS E LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) - ÀS COMUNIDADES PESQUEIRAS PERNAMBUCANAS DEVIDO AOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS

Em Pernambuco milhares de famílias vivem do trabalho pesqueiro artesanal (algumas estimativas apontam 30.000 pessoas), sendo responsáveis pela captura de, aproximadamente, 98% da produção pesqueira extrativista.

Esta pesca, que é o esteio de uma expressiva e complexa cadeia produtiva (atravessadores/comerciantes de pescados; fabricantes e vendedores de gelo; setores do turismo, de bares e restaurantes; artesãos de barcos e de armadilhas; dentre outros), oferta, ademais, relevantes serviços ecológicos e de segurança alimentar em vários lugares. Ela também se vincula a modos de vida e de trabalho ancestrais, com suas dinâmicas culturais bastante singulares e suas simbioses com a natureza, que foram capazes de construir um rico patrimônio material e imaterial para Pernambuco.

Após o vazamento do petróleo que atingiu, aproximadamente, 1.000 localidades do litoral brasileiro, principalmente no Nordeste, Pernambuco assistiu, de outubro a dezembro de 2019, ao colapso da sua economia pesqueira artesanal e da cadeia produtiva a ela ligada, até mesmo em comunidades em que o derramamento do óleo não havia chegado¹. Todavia, entre a segunda quinzena de janeiro até os primeiros dias de março de 2020, presenciou-se um início de recuperação dos ganhos monetários na pesca, embora ainda inferiores ao mesmo período do ano anterior, o que trouxe esperança para os povos das águas.

O aludido começo de recuperação - e a esperança que ele produziu (muito mais em decorrência da própria dinâmica histórica e “natural” da economia pesqueira na época do verão e menos pela ação governamental, principalmente de âmbito federal) - está, agora, anulado pelo fato do Brasil ter sido atingido pela pandemia do coronavírus e, conseqüentemente, pela necessária medida de quarentena implantada pelas autoridades públicas em nossa sociedade para combater uma maior proliferação deste vírus, seguindo, desse modo, as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A quarentena busca evitar, em futuro bastante próximo, um colapso do sistema de saúde, fato que seria determinante para o aumento exponencial não somente de pessoas contaminadas, como também de óbitos, particularmente nas camadas mais humildes.

No entanto, outro colapso se avizinha. Se já existia um déficit governamental com as comunidades pesqueiras (na gestão, na economia, no trabalho, na saúde, no meio ambiente) e em relação a vários impactos ambientais crônicos e aos recentes do petróleo, com um significativo passivo ambiental ainda não resolvido (vide o caso do município de Rio Formoso²), isso foi agravado com a chegada do coronavírus, levando as comunidades a

1 Sobre isso ler: Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. *Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental*, Fundaj, nº 11, Recife, p. 1-10, jan/2020; Ramalho, Cristiano Wellington Noberto; Barbosa, Ormezita; Apel, Marcelo; Gasalla, Maria A. Oil and uncertainty: the Atlantic tragedy reaches thousands in Brazil. *Samudra Reporto*, 82, Tamil Nadu, Índia, p. 14 - 16, fev/2020; Araújo, Maria Elisabeth de; Ramalho, Cristiano Wellington Noberto; Melo, Paulo Wanderley de. Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. 1-6, 2020.

2 Sobre isso vale acessar à reportagem: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/11/praias-atingidas-por-oleo-tem-aumento-de-ate-570percent-em-nivel-de-compostos-que-podem-causar-cancer-diz-ufpe.ghtml>

uma situação crítica de colapso social iminente a menos que haja urgente e imediato apoio econômico, necessário à sociedade brasileira, fundamentalmente aos setores populares, e abrangendo os pescadores e pescadoras.

A confluência de tais questões produziu, num curto espaço de tempo, uma nova e completa paralisia da economia pesqueira, em decorrência da ausência de compradores, inclusive de atravessadores, e fechamento de mercados públicos em que se vendiam pescados (Goiana, Itapissuma, Barreiros, Palmares, etc.). A situação torna-se ainda pior por conta da ausência de políticas públicas para apoiar os povos das águas neste momento tão difícil, incluindo aí a histórica precariedade de atendimento governamental às questões de saúde e sanitárias dos(as) pescadores(as).

Podemos, sem dúvida alguma, afirmar que inúmeras(os) pescadoras(es) artesanais vivem uma situação de calamidade pública desde o mês de outubro último, isto é, há 6 meses que as comunidades pesqueiras passam por um agravamento profundo de suas condições de vida, devido às circunstâncias negativas disseminadas pela maior tragédia ambiental do Brasil (o vazamento de petróleo) e, agora, pela maior pandemia do mundo, o coronavírus, que se combinaram, praticamente, no mesmo tempo e espaço na vida dos homens e das mulheres das águas. Também não se deve esquecer que, historicamente, a vulnerabilidade socioeconômica da referida população potencializa ainda mais os seus prejuízos, a sua fragilidade para lidar e enfrentar o presente quadro, em que pese a importância da pesca artesanal na geração de trabalho, na segurança alimentar, na dimensão cultural e na preservação dos ecossistemas aquáticos em milhares de localidades pernambucanas e do País.

Diante do atual e gravíssimo contexto, propomos, aqui, as seguintes medidas socioeconômicas emergenciais aos órgãos públicos e autoridades competentes (Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Governo Federal; Secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e de Desenvolvimento Agrário, do Governo do Estado de Pernambuco; Prefeituras dos municípios pernambucanos que possuem comunidades pesqueiras; Deputados e Deputadas Estaduais e Federais e Senadores eleitos por Pernambuco) em apoio e solidariedade aos pescadores e pescadoras artesanais de Pernambuco:

- Enquanto durar os impactos da pandemia do coronavírus, que os pescadores e as pescadoras artesanais tenham acesso à renda básica aprovada pela Câmara dos Deputados, seja para aqueles(as) que possuem o Registro Geral da Pesca (RGP), seja para aqueles(as) que não o possuem, em decorrência da defasagem do mesmo [RGP] há anos (desde 2012). Se as autoridades almejarem ter algo como referência, pode-se utilizar, para a pesca praticada fora do litoral de Pernambuco, as fichas/listas de associados(as) existentes nas próprias colônias e associações de pesca artesanal pernambucanas e, no que concerne à região litorânea, o cadastro realizado pelas(os) pescadoras(es) em 2019 e que foi entregue à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), do Governo de Pernambuco, em plena crise do impacto dos vazamentos de petróleo, constitui uma base oportuna de referência. De todo

modo, as comunidades pesqueiras e suas lideranças devem ser ouvidas, participarem das decisões e escolhas;

- Tal pagamento não deverá anular o recebimento dos ressarcimentos por meio do auxílio emergencial (Medida Provisória, do Governo Federal, nº 908, publicada no DOU em 29 de novembro de 2019), a ser pago às comunidades pesqueiras vítimas da tragédia do petróleo. Conforme argumentado e solicitado pelos Movimentos dos Pescadores e Pescadoras (MPP), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) - inclusive via ação civil pública, de caráter emergencial (Processo nº: 0825737-58.2019.4.05.8300)³ - e vários estudos acadêmicos, é fundamental incluir, também, nesta Medida Provisória as localidades que, mesmo não tendo sido atingidas diretamente pelo óleo, foram prejudicadas na mesma medida na esfera da comercialização e do trabalho. Isto é, o vazamento de petróleo tornou-se um problema universal para a pesca artesanal na região Nordeste, para todas as comunidades que vivem das pescarias artesanais em Pernambuco;
- É urgente o cancelamento das cobranças das contas de energia elétrica e de água para os pescadores e pescadoras artesanais;
- Faz-se fundamental a utilização, por parte do Governo do Estado de Pernambuco, de parte dos recursos oriundos do fundo estadual de meio ambiente e, para as comunidades que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, do fundo de compensação ambiental em benefício das comunidades pesqueiras;
- É essencial que prefeituras possam realizar compras emergenciais de alimentos oriundos da pesca artesanal de seus municípios para doação simultânea à sua rede socioassistencial, assim como fará – neste momento de crise - o Consórcio Nordeste (formado por todos os governos estaduais do Nordeste);
- É necessário que a renda básica aprovada pela Câmara dos Deputados possa destinar-se, também, aos(as) pesqueiros(as) atravessadores(as) de pescados e aos artesãos de embarcações (carpinteiros navais) e de armadilhas confeccionadas para a pesca artesanal;
- Que recursos públicos sejam destinados para a conservação/manutenção dos instrumentos de trabalho (armadilhas e embarcações) dos pescadores e pescadoras artesanais, enquanto durar a paralisação da pesca devido à quarentena determinada pelas autoridades sanitárias do País, de Pernambuco.

Assinem esta Nota os seguintes Grupos, Laboratórios e Núcleos de Pesquisa da UFPE:

- Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR) – Departamento de Sociologia (DS) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)/UFPE;
- Laboratório de Estudos Rurais (LAE-RURAL) – Departamento de Sociologia (DS) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)/UFPE;

³ Essa ação civil pública, de dezembro de 2019, foi impetrada pelo Ministério Público Federal (MPU), sendo demandada pelos movimentos sociais da pesca e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

- Laboratório: Avaliação, Recuperação e Restauração de Ecossistemas (ARRE Água) - CB/UFPE;
- Grupo de Ictiologia Marinha Tropical (IMAT) – Departamento de Oceanografia (DOCEAN)/UFPE;
- Grupo de Pesquisas em Nanotecnologia Biomédica - Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCFAR)/UFPE;
- O Grupo de Pesquisa Qualificação Profissional e Relações entre Trabalho e Educação – Centro de Educação (CE)/UFPE;
- Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema)/UFPE;
- Grupo de Pesquisa Invertebrados Marinhos e Estuarinos - Departamento de Zoologia/UFPE;
- Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) - Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)/UFPE;
- Laboratório de Ecossistemas Oceânicos e Recifais (LECOR) - Departamento de Oceanografia (DECON)/UFPE;
- Laboratório Interdisciplinar Natureza, Cultura e Técnica - Departamento de Antropologia e Museologia (DAM)/UFPE;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais (NEPPS) - Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)/UFPE;
- Núcleo de Pesquisa Nexus Sociedade e Natureza - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema)/UFPE;
- Observatório do Mercado de Trabalho – Departamento de Sociologia (DS)/UFPE.

Apoiam esta Nota:

(a) Organizações e Movimentos Sociais da Pesca Artesanal:

- Articulação Nacional das Pescadoras (ANP);
- Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) – Regional 2;
- Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP)/PE.

(b) Grupos, Laboratórios, Núcleos de Pesquisa e Pesquisadores(as) Externos à UFPE, por ordem alfabética:

- Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou - Departamento de Educação/UFRPE;
- Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB)/USP;
- Pesquisador Clóvis Cavalcanti - Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ -, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco) e Ex-presidente da International Society for Ecological Economics (ISEE);
- Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho - Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos/UFS;
- Profa. Dra. Lourdes Furtado - Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)/PA;

- Profa. Dra. Maria do Carmo Figueredo Soares - docente aposentada do Departamento de Engenharia de Pesca (Depaq)/UFRPE;
 - Prof. Dr. José Ricardo Ramalho - Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA)/UFRJ;
 - Prof. Dr. Ricardo Antunes - Sociologia da UNICAMP e Coordenador do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT)/IFCH/UNICAMP;
 - Pesquisador Tarcísio Quinamo - Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ);
 - Pesquisadora Verônica Fox - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL)/UNICAP;
 - Centro de Estudos Rurais (Ceres) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/UNICAMP;
 - Grupo de Extensão e Gestão pesqueira – Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura (Depaq)/UFS;
 - Grupo de Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC)-UFPA;
 - Grupo de Pesquisa Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal (ETAPA) – DAN/UFRN;
 - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Trabalho e Territórios (GENTTES) – Departamento de Geografia - UFAL;
 - Grupo de Pesquisa Populações Tradicionais Haliêuticas no Contexto das Relações Interculturais - patrimônios locais, uso, gestão e conservação da biodiversidade em comunidades marítimas e de águas interiores (RENAS) – do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)/PA;
 - Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (Tdepp) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS)/UFCEG;
 - Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC)/UPE;
 - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (Laept) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)/UFPB;
 - Laboratório de Pesquisa e Extensão Socioambiental de Comunidades amazônicas (LABPEXCA)/UFPA;
 - Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais (LERA)/UFCEG;
 - Laboratório Socioambiental do Centro de Estudos do Mar – Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) - UFPR;
 - Laboratório de Sociologia Aplicada (LASAP)/UFCEG;
 - Núcleo de Educação, Sociedade e Meio Ambiente (NESMA) – Departamento de Ciências Sociais (DECISO)/UFRPE.
- (c) Sociedades, Redes e Organizações de Pesquisa e Científicas Regionais e Nacionais:**
- Academia Pernambucana de Ciências (APC);
 - Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR – Trabalho);
 - Rede de Estudos Rurais;
 - Secretaria Regional - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - PE;
 - Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).